



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo		
Reunião: 6ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 10/3/22		
Horário de início: 13h5min		Horário de encerramento: 13h36min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Professora Marli, com a presença remota das vereadoras Flávia Borja, Macaé Evaristo e do vereador Rubão, e com a presença da vereadora Iza Lourença, suplente da vereadora Marcela Trópia, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 3/3/22.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 250/22 - pedido de informação ao prefeito, Alexandre Kalil, e à secretária municipal de Educação, Ângela Dalben, com a finalidade de “obter informações: 1) Qual o motivo das Escolas Integradas ainda não terem retornado suas atividades? Quais ações estão sendo tomadas para contornar esses obstáculos? 2) A Prefeitura possui uma data



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prevista para retorno? Quando irão disponibilizar o calendário?”. Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

Registre-se a presença remota da vereadora Marcela Trópia

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 251/22 - pedido de informação ao prefeito, Alexandre Kalil, e à secretária municipal de Educação, Ângela Dalben, com a finalidade de “obter informações acerca do afastamento de professores da rede municipal, por motivos de saúde”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 252/22 - realização de visita técnica com a finalidade de “verificar a Escola Municipal de e-Educação Infantil - EMEI - Timbiras em razão do retorno das atividades escolares de forma presencial integral”, no dia 23/3/22, às 10 horas, na Emei Timbiras, Rua Timbiras, nº 1697, Centro. Autoria: vereadora Professora Marli.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 253/22 - realização de visita técnica com a finalidade de “verificar a EMEI Delfim Moreira em razão do retorno das atividades escolares de forma presencial integral”, no dia 23/3/22, às 9 horas, na Emei Delfim Moreira, Rua Espírito Santo, nº 890, Centro. Autoria: vereadora Professora Marli.

Aprovado por unanimidade.

5) Requerimento de Comissão nº 259/22 - pedido de informação a Ângela Dalben, secretária municipal de Educação, com a finalidade de “informar sobre a redução de vagas nas escolas para crianças com deficiência, em especial nas instituições ‘Fundação Dom Bosco Escola Especial Ligia de Souza Tibo’ e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

‘Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE-BH’ e informar detalhadamente sobre as políticas direcionadas para pessoas com deficiência tendo em vista os pedidos da população”. Autoria: vereadora Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 260/22 - pedido de informação à secretária municipal de Educação, Ângela Dalben, com a finalidade de “obter informações sobre o motivo da falta de matrícula para a Escola Municipal Santos Dumont para o turno da tarde, a partir do Cadastro Único”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 262/22 - requer a prorrogação do Grupo de Trabalho sobre a auditoria do TCE, seguindo a recomendação da consultoria da casa, pelo prazo de 60 dias, para que o grupo consiga reunir-se com os técnicos que a prefeitura tem indicado para prestar esclarecimentos. Autoria: vereadora Professora Marli.

Aprovado por unanimidade.

Registre-se que também foi aprovada a prorrogação do apoio da consultoria pelo mesmo período.

8) Requerimento de Comissão nº 263/22 - pedido de informação à secretária municipal de Educação, Ângela Dalben, com a finalidade de “obter informações acerca do Programa Escola integrada: Como funciona atualmente o programa escola integrada na rede municipal de Belo Horizonte? Em quantas escolas da rede pública municipal está presente? Quantas e quais OSC’s são credenciadas a participar do programa escola integrada? Quantas unidades da rede pública municipal foram retiradas do programa escola integrada? Qual a justificativa técnico-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

administrativa para o credenciamento de OSC's para participar do programa em detrimento da utilização da rede própria municipal? Qual a natureza do contrato celebrado com as OSC's? Qual a contrapartida e o valor atribuídos ao município? Existe cessão de pessoal por parte do município, servidores próprios ou terceirizados?". Autoria: vereadora Flávia Borja.

Aprovado por unanimidade.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

A presidenta deu ciência à comissão do recebimento de ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 1.752/21, 35, 36, 70 e 73/22.

A vereadora Iza Lourença disse que a categoria dos trabalhadores da Educação municipal resolveu iniciar uma greve para que seja pago o piso salarial nacional dos professores. Fez um apelo à Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - para que atenda as reivindicações das trabalhadoras da educação o mais rápido possível, a fim de que as escolas não permaneçam fechadas mais um período, uma vez que as reivindicações são legítimas e justas.

A Presidenta afirmou que a greve dos professores da Educação municipal é um direito da categoria. Pediu à PBH que dialogue e acolha as reivindicações manifestadas na mencionada greve.

A vereadora Flávia Borja assinalou que a greve é um direito legítimo dos trabalhadores da Educação do município, mas que a deflagração do movimento grevista nesse momento é problemática, uma vez que os alunos permaneceram tempo demasiado sem aulas em razão da pandemia de covid-19 e agora, em razão da greve, continuariam sem poder frequentar a escola.



A vereadora Flávia Borja afirmou que a obrigatoriedade do uso das máscaras pelas crianças no pátio de escolas municipais é algo descabido e absurdo, e que a PBH adota protocolos sanitários de enfrentamento à covid-19 confusos e incoerentes.

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidenta desta reunião.

ATA APROVADA	
Distribuição para impugnação: ____/____/____	
Comunicação de aprovação: ____/____/____	
<hr/> <p style="text-align: center;">Presidenta/Presidente</p>	